

Introdução

Estamos a assistir a uma campanha impiedosa. É uma guerra em que não se consentem tréguas nem se limpam as armas. Todos os meios são mobilizados, a começar pelos mais poderosos: a opinião ilustre, as empresas, os comentadores, os mercados financeiros, os ministros e ex-ministros, a União, as agências de notação, o presidente do país e o da Comissão Europeia, as sociedades jantaristas, os bancos, Wall Street, Downing Street, os fundos imobiliários e os fundos de pensões, o FMI, a OCDE. É uma campanha contra o salário.

Nesta campanha só parece haver uma solução: salvar a economia com a redução do salário. Porque é que a economia tem que ser salva, isso são contos de outro rosário, pois o colapso financeiro e a recessão que iniciou não são chamados a estas razões. Mas a solução é certa, dizem-nos que a ciência garante não haver outra. Reduzir o salário, porque o mercado de trabalho é muito rígido. Reduzir o salário, porque os custos são demasiado elevados. Reduzir o salário, porque é preciso restabelecer a competitividade.

Como em qualquer outro conflito, neste todos os meios são bons para o efeito pretendido. E todos são necessários. Reduzir o salário contratual é um deles, mas também se alcança o mesmo objectivo com o aumento do IVA e do IRS, melhor com todos ao mesmo tempo. E reduz-se o salário indirecto por via do aumento do preço dos serviços públicos, em particular na saúde, na educação, nos transportes e na energia, que são as despesas em que mais se gasta o salário. Finalmente, reduz-se o salário ao restringir a protecção social, em particular com o aumento da idade da reforma e a diminuição do valor da pensão futura.

Desta forma, a solução para a crise económica é simples e imaginativa. E é cruel, porque afecta muito os mais desfavorecidos: está decretada uma gigantesca operação de transferência de recursos do salário para o capital. Repete-se assim uma outra que ficou na história, a da entrada do FMI em 1983-4, mas agora em contexto mais dramático porque grande parte da Europa é atingida simultaneamente.

Como sempre, o instrumento para esta operação é o Estado: é para o Estado que se vira a exigência de um plano de austeridade que, corrigindo défices, permita simultaneamente o aumento de impostos, a diminuição da protecção social e o agravamento dos custos dos serviços públicos, e ainda a diminuição do salário contratual e a alteração das regras de despedimento. Assim se destruiria num ápice o resultado de três décadas de contratação colectiva, de negociação e disputa sindical e de mudanças legislativas forçadas pela relação de forças. É no Estado, nas regras da democracia e no conceito de responsabilidade pelos serviços públicos, que se disputa a autoridade destas transformações. É no Estado que se conspira.

Uma peça dessa conspiração é a teoria, a autoridade da ciência. É a teoria que garante que não existe cientificamente outra opção porque a boa doutrina económica, certificada pelas melhores escolas, indica o caminho do ajustamento pela redução do salário, e que por essa via se assegura a glória. Esta ciência certa estipula uma mecânica implacável que reivindica, se houvesse dúvida, a própria natureza humana, porque o capitalismo é o sucesso do egoísmo e todos somos assim.

É portanto de ideias e de ideologia, e não só de políticas, que temos que discutir ao avaliar esta alternativa. Porque a ciência que a apresenta é uma ideologia, e porque o que propõe é uma economia cruel.

A economia cruel mobiliza, evidentemente, alguns dos melhores espíritos e certamente muitos dos mais brilhantes economistas, com os melhores recursos das técnicas mais sofisticadas, mas produz um contra-senso. Mas que importa que seja um contra-senso? Esta teoria é uma impostura: nem a redução de salários permitiu até agora a recuperação depois da crise, nem a flexibilização do despedimento ou o corte no subsídio de desemprego tem permitido melhorar a oferta de trabalho. Apesar da evidência, este sucessivo fracasso da política de redução salarial, tal como a geração de ciclos violentos de recessões e depressões trágicas, nunca tem servido de contestação suficiente, pela simples razão de que esta ideologia não reconhece a refutação pelos factos – ela defende-se sempre com ficções.

É certo que esta teoria tem pergaminhos. O último Prémio Nobel, a começar por aí, foi entregue nos finais de 2010 aos norte-americanos Peter Diamond, do *Massachusetts Institute of Technology*, e Dale Mortensen, da *Northwestern University*, e ainda ao cipriota Christopher Pissarides, da *London School of Economics*, de Londres, pelos seus trabalhos sobre as dificuldades de equilíbrio dos mercados de trabalho. O que estes laureados pelo Nobel se propuseram provar foi que era preciso reduzir o subsídio de desemprego para forçar os trabalhadores desocupados a aceitarem mais depressa um trabalho por salário baixo. Robert Shimer, um apoiante destes investigadores que é o editor de uma das revistas mais importantes na economia académica, o *Journal of Political Economy*, resumiu assim as conclusões que mereceram o Prémio: “A maior parte destes modelos sugere que, mesmo numa economia em depressão, subsídios de desemprego mais generosos tendem a aumentar a taxa de desemprego”.

Na verdade, esta é uma ideia antiga. Há já quase vinte anos – ou mais? – que se repete a mesma ladainha: “Os governos europeus não devem deixar que os receios suscitados pelas consequências da sua acção sobre a repartição dos rendimentos os impeça de se lançar com audácia numa reforma de fundo do mercado de trabalho. A sua flexibilização passa pela revisão do subsídio de desemprego, do salário mínimo legal e de disposições que protejam o emprego”, avisava solenemente o Boletim do FMI em 23 de Maio de 1994. Há mais de uma década que o programa é a flexibilização do contrato de emprego e a redução do salário legal.

A outra peça desta conspiração é a submissão. Aceitar o que é irrazoável, destruir as políticas que têm criado caminhos novos, subverter o bom senso, isso é a submissão. E é a submissão que leva uma parte da sociedade a aceitar que o problema é o trabalho, que o trabalho é um risco.

Um exemplo evidente foi citado por Viviane Forrester. Ela é uma crítica cultural do diário francês *Le Monde*, especializada em Virginia Woolf e Vincent Van Gogh, mas um dia decidiu desviar-se da literatura e escrever um protesto contra o “horror económico”, o capitalismo que despreza o trabalho. Forrester cita o seu jornal do dia 12 de Março de 1996, quando este anunciava candidamente, numa notícia sobre a evolução das bolsas, o efeito nefasto de uma má notícia, a subida do emprego nos Estados Unidos: “A sexta-feira 8 de Março deixará nos mercados financeiros o rasto de um dia negro. A publicação de números excelentes mas

inesperados de emprego nos Estados Unidos foi recebida como um banho de água fria. Os mercados, que temem sobretudo o sobreaquecimento e a inflação, foram vítimas de um verdadeiro pânico. Em Wall Street, o índice Dow Jones, que na terça-feira anterior tinha batido um recorde, terminou com uma queda de mais de 3%; trata-se da mais forte baixa em percentagem desde 1991. As praças financeiras europeias também caíram muito. As praças financeiras parecem particularmente vulneráveis a qualquer má notícia” (citado in Forrester, 1997: 125).

Não lemos isto tantas vezes, quase sem nos darmos conta? O valor das acções da PT subiu generosamente 13,7% no dia em que se anunciavam despedimentos numa sua empresa participada, as Páginas Amarelas. Duas semanas depois, no dia em que se faziam os pagamentos de dividendos extraordinários, o entusiasmo não abundava e a cotação da PT desceu ligeiramente, 0,3%.

A assimetria violenta entre o capital e o trabalho, que tem sido lentamente imposta como a evidência da modernidade, exprime-se nesta banalidade: o índice de saúde económica, que são as cotações nas bolsas, é prejudicado pelo anúncio de um aumento do emprego. É uma má notícia.

O trabalho é visto como um perigo para a economia e assusta os mercados financeiros. O trabalho deve por isso ser submisso, ordeiro, aceitar o seu preço como factor de produção, recusar o desincentivo preguiçoso que é acenado pelo subsídio de desemprego. Ora, se as praças financeiras são particularmente vulneráveis a qualquer má notícia, sabemos também que são particularmente atentas a qualquer boa notícia e estão à espera de que se cumpra a recomendação do FMI, que há dezenas de anos que o FMI apela aos governos para que não se deixem tolher pelo efeito da sua política nos rendimentos das populações. Submissão.

A sociedade moderna está assim construída sobre esta desigualdade, a que exige deferência: o fisco protege os rendimentos do capital, os impostos regressivos são reforçados, a segurança social financia as despesas do capital, as operações de capital são isentas da obrigação de registo. A solução que nos está a ser apresentada para a crise económica é esta: o capital exige uma parte maior do salário directo (reduzindo o pagamento pelo trabalho) e do salário indirecto (transferindo para o privado o financiamento público da saúde ou educação). A isto chama-se recuperação da competitividade, para evitar a outra palavra mais vulnerável, a rentabilidade. É um plano de batalha para a campanha militar que prossegue pela nossa terra dentro.

Ao longo deste livro, discuto os fundamentos desta economia cruel. Começo pela sua teoria, pelas ideias que a justificam. E discuto depois o plano de ataque da economia cruel contra os salários e as prestações sociais, que tem como centro de disputa a privatização dos serviços públicos. Finalmente, apresento as alternativas necessárias para mobilizar a confiança e a determinação de uma revolução cidadã, de uma revolução social que democratize a economia.